

XIV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2019

Sustentabilidade, autonomia e resistência da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa



A comunicação sindical como transmissora de informações e catalisadora de reações sinérgicas entre os sindicatos com os movimentos sociais populares e sociedade¹

Adriana C. A. do AMARAL²

Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, São Bernardo do Campo, SP

Resumo

Este estudo visa à interação entre os sindicatos e os diferentes movimentos sociais, refletido a partir do contexto atual (2019), em que o Brasil vive uma fase de conflitos de interesses entre a classe trabalhadora e a burguesia. De forma pontual, analisa-se como a comunicação sindical que, além de focar o trabalhador ao divulgar as ações sindicais, pode interagir com os demais movimentos populares. O objetivo deste estudo não é analisar uma base representativa, mas a representação em si, entender as transformações que as entidades sindicais têm vivenciado em consequência das mudanças na relação capital-trabalho e legislação brasileira, bem como suas relações com a sociedade. Identificar quais os desafios atuais dos sindicatos na defesa profissional em sinergia com as demandas sociais, em que os trabalhadores estão inseridos, respeitando a individualidade dos cidadãos nas diferentes classes laborais. Também, o papel aglutinador ligado às causas sociais relativas à pessoa humana, que se somam à questão do trabalho, num momento em que os movimentos populares têm se fragmentado em lutas e reivindicações próprias, multiplicando os debates. Principalmente, analisar a sinergia entre a luta sindical num momento de crise do emprego e valorização do subemprego. Neste cenário, há o questionamento se o movimento sindical teria a oportunidade de agregar-se às diferentes lutas, que são de interesse comum da classe trabalhadora ativa, inativa e futura. Questiona-se como a aproximação dos sindicatos com os diferentes movimentos sociais pode somar em reivindicações e lutas de classes, revertendo positivamente para a construção da imagem do sindicalismo brasileiro, que vive momentos de desmobilização? Como a atual política neoliberal afeta todos os direitos num efeito em cascata? Seguindo uma análise contextualizada na literatura, principalmente autores envolvidos com a pesquisa das áreas sinérgicas a esta pesquisa, com foco no Brasil, e pontuada em leituras de notícias divulgadas ou repercutidas na web, dados referenciais

¹Trabalho apresentado no Grupo Temático (GT) 1. Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã do XIV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2019 (CBCC) de 24 e 25 de outubro de 2019, na Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

² Mestranda do Programa em Comunicação Social da UMESP. E-mail: adriaral@gazeta.ws. Este artigo faz parte do projeto de pesquisa para a obtenção do grau de mestre, desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Roberto Joaquim Oliveira. Bolsista CNPQ.

oficiais do Governo Federal e vivência empírica enquanto profissional da comunicação sindical, esta autora pretende chamar a atenção para a relevância dos sindicatos e do papel da imprensa sindical na formação do diálogo, participação, inclusão e promoção social do trabalhador/indivíduo. A base deste estudo tem como ponto de partida a célebre frase e essência da ideologia de Marx e Engels: “Trabalhadores do mundo, uni-vos”. Num momento em que a sociedade brasileira vivencia mudanças importantes decorrentes da migração do capitalismo para a economia neoliberal, as ponderações levantadas neste estudo levam em conta as experiências de pesquisadores do universo social e laboral como Maria da Gloria Gohn e Teones França; a trajetória pela promoção da educação de trabalho de Paulo Freire e a reflexão espiritual do coreano naturalizado brasileiro, Jung Mo Sung.

Palavras-chave: Comunicação; Diálogo; Discurso; Política; Sindicatos; Movimentos populares; Movimentos sociais.

As “novas” greves

A constituição brasileira garante ao trabalhador o direito à greve, que está regulamentado pela Lei No. 7.783, de 28 de junho de 1989. Mas a mesma legislação que assegura a uma categoria profissional a decisão de decretar um movimento grevista limita esta prática com regras. Por exemplo, proíbe paralisações em atividades consideradas fundamentais.

Uma das principais ferramentas de pressão dos sindicatos na promoção dos direitos laborais, negociação com o patrão e sensibilização social, é a greve. Este é um recurso que costuma ser utilizado em momentos críticos. Nas primeiras décadas dos anos 2000, tornou-se, contudo, um fenômeno social que ganhou dimensões coletivas em nível mundial. Diante desse cenário, a pergunta que fazemos é: Tudo teria começado mesmo com a Primavera Árabe? Ou seria a resposta de um processo dialético de evolução e involução cíclico?

No Brasil, no decorrer do ano de 2019, um novo perfil de manifestantes novamente tomou as ruas que antes foram ocupadas pelos estudantes que protestaram contra o aumento das tarifas do transporte público (junho de 2013), depois foram divididas entre “coxinhas e mortadelas”³ e, pelo menos, três movimentos somaram em ações, no decorrer de 2019, unindo diferentes categorias laborais e representações sociais em torno de uma luta comum. “Agora somos estudantes mais trabalhador!”, gritavam os manifestantes da Greve Nacional em Defesa da Educação e Contra a Reforma da Previdência, realizada no dia 14 de junho e novamente em

³ A dualidade ocorrida na fase eleitoral na transição do governo Michel Temer para Jair Bolsonaro, em 2017.

13 de agosto durante o Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação e da Previdência. Antes disso, os sindicatos promoveram uma Greve Geral, em 15 de maio.

A novidade é a inserção da palavra “greve” nos chamamentos. E isso não ocorre apenas em solo brasileiro, pois no dia 20 de setembro, em todo o mundo, aconteceu a *Greve Mundial Pelo Clima*,⁴ replicado em ações de protesto. Crianças foram protagonistas do vídeo “Cantar pelo Clima”, que adaptou a canção símbolo da resistência italiana contra o fascismo, *Bela Ciao*, num cântico em defesa da natureza.

Nós precisamos acordar, nós precisamos aprender, nós precisamos abrir os olhos. Agora! Precisamos construir um futuro melhor e precisamos começar Agora. Nós estamos em um planeta que tem um problema, nós temos de resolver isso, nos envolvemos nisso agora. Precisamos construir um futuro melhor e precisamos começar agora (YOUTUBE, 2019)⁵.

Teria a palavra greve⁶ ganhado um novo sentido? Se a crise estrutural do capital amplia a precarização, concordamos com Braga (2015) quando este afirma que o fenômeno “intensifica o desemprego”, e o cenário que se descortina é o da mobilização das lutas sociais.

Somos todos trabalhadores

O que diferencia a classe trabalhadora da elite? O profissional liberal do empresariado? Talvez a conta bancária ou o acúmulo de propriedades, mas a maioria da população mundial é trabalhadora, de um jeito ou do outro. Castells (2018) nos lembra que a Revolução Tecnológica, e a conseqüente transformação da sociedade em redes, resultou no avanço “de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes”. Em suas palavras: “Entendo por identidade o processo de construção de significados com base em

⁴ MARTINS, Antonio. Anatomia e imagens do grande protesto global. *Outras Palavras*. Publicado em: 20 set.2019. Disponível em: https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/anatomia-e-imagens-do-grande-protesto-global/?fbclid=IwAR0bdt0bv9YNTKlzJTAino6VQVoKXe-6d9n_RkXgd5k6tX3mjYnwHhTv9fw. Acesso em: 15 jun.2019.

⁵ YOUTUBE. *Vídeo da greve oficial pelo clima*. Publicado em: 19 set.2019, por Jornalistas livres. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vND7rMY78t8&feature=youtu.be>. Acesso em: 20 set.2019.

⁶ Do francês, grève. Remete ao movimento dos trabalhadores do porto de Paris (Place de Grève), lugar de embarque e desembarque de navios, que se reuniam para debater o seu descontentamento com as condições de trabalho,

um atributo social, ou ainda um conjunto de atributos sociais interrelacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 2018, p. 54).

As diferentes organizações sociais existentes na sociedade civil, inclusive sindicatos, se agrupam ou se repelem em causas distintas, mas se fortalecem a partir de interesses comuns. A sociedade em rede, curiosamente, afasta e aproxima ao mesmo tempo. Afinal, se no passado a greve dos caminhoneiros, que afetou a dinâmica brasileira durante dez dias, em maio de 2018, podia passar despercebida para a maioria da população, com a exposição nas mídias sociais, ela foi ampliada conquistando o apoio da população, que enfrentou inclusive dificuldades para cozinhar sem questionar a legitimidade do movimento.

O que mudou? Castells (2018) não difere os movimentos sociais como bons ou ruins, porém defende sua expressão pela “grande diversidade de fonte de resistência à nova ordem global”. Por que povos tão díspares vão às ruas por motivos tão distintos?

Sung (2018) (insere os valores universais e a hermenêutica da Teologia neste debate, contextualizando com a questão da humanidade, que parece ser descartada pelo avanço da economia neoliberal. Estaríamos vivendo o olho por olho, dente por dente?

O mundo globalizado enfrenta hoje dois grandes desafios: a) a crise ambiental, que mostra a sua face mais visível no aquecimento global; e b) a brutal concentração de renda, que está gerando a maior desigualdade social da história e a exclusão social de uma parcela significativa da humanidade (SUNG, 2018, p. 41).

Concordamos com Antunes (2015, posição 2928 e-book) que o trabalho “é a forma fundamental, mais simples e elementar daqueles complexos cuja interação dinâmica constitui-se na especificidade do ser social”. Afinal, a “classe que vive do trabalho” integra esse mundo de transformações vivenciado pela sociedade.

O capital operou, portanto, o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e /ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana, que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2015, e-book, p. 457).

É neste contexto que entra o trabalho – e suas relações–que avança na precarização, na flexibilização, na informalidade, no desalento. Com o desemprego que segue uma média constante de aproximadamente 13 milhões de brasileiros, o Brasil foi inserido pela primeira vez na história no rol dos dez piores países para se trabalhar⁷, em setembro de 2019, quando passou a ser monitorado pela OIT (Organização Mundial do Trabalho).

O que estão fazendo os sindicatos brasileiros? Eles são os representantes legais dos trabalhadores de uma categoria e, embora tenham sido atingidos em sua estrutura pela Reforma Trabalhista de 2017, estariam ajudando a população brasileira a assimilar as mudanças previstas pela proposta de reforma da Previdência Social (PEC 6/2019), em debate na Câmara Federal.

Bastaria aos sindicatos informar, comunicar e engajar o trabalhador? Não seria necessário, hoje em dia, ampliar o debate em todas as esferas? Quais os limites da comunicação sindical?

Refletindo com Vieira (1996) se “a comunicação praticada pelas entidades sindicais brasileiras tem sido utilizada como instrumentos de divulgação dos objetivos políticos, de forma monolítica, ignorando alguns princípios básicos da convivência democrática”, sabemos que após a Reforma Trabalhista de 2017, os informativos sindicais diminuíram em periodicidade, por contenção de custos. Concordamos que “a dialética da comunicação sindical está falhando”, e que comunicar é preciso.

Vida é trabalho

Se a “flexibilidade das horas foi inventada pelo trabalhador”, a jornada de trabalho foi construída pelos movimentos sociais” ao longo da história de lutas pela regularização do trabalho e conquista de direitos do trabalhador (ROSSO, 2017). E quando o antídoto torna-se veneno?

Vivenciamos hoje um novo processo nas relações do trabalho, que parece ser irreversível, e que, em alguns casos, análogo a uma nova escravidão. Afinal, como um trabalhador pode ficar à disposição do patrão esperando para ser convocado, como rege a legislação do

⁷ Índice Global de Direitos.

trabalho intermitente? “A flexibilização ganha força com crises econômicas e sociais”, sinaliza Rosso (2017, p. 51):

A introdução da flexibilização de horários a partir da década de 1990 no Brasil é um processo ainda em desenvolvimento, às quais demos o nome de flexibilidade pré-regulamentada. As formas de flexibilidade pré e pós-regulamentadas misturam-se, confundem-se e de deixam ver como práticas antigas, tradicionais, o que não é verdade. Basta comparar o trabalho flexível nos call centers com as diárias no trabalho doméstico (ROSSO, 2017, p. 51).

Seja formal, qualificado, informal ou de subsistência, o trabalho, lembra Antunes (2015, e-book), ainda tem papel central “no universo de uma sociedade produtora de mercadorias”. Num contraponto, questiona-se se a crise do trabalho é “abstrata” ou “concreta”.

No primeiro caso, da crise da sociedade do trabalho abstrato, há uma diferenciação que nos parece decisiva e que em geral tem sido negligenciada. A questão essencial é: a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias? Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida, em termos marxianos. Como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto (ANTUNES, 2015, p. 97).

O cantor e compositor Gonzaguinha, na canção *Um homem também chora*⁸, utiliza recursos poéticos e melódicos para cantar as dores de um homem, que “segura a barra do seu tempo por sobre os seus ombros” e “sem o trabalho não tem honra”. Em que momento o neoliberalismo rouba os sonhos do trabalhador – e da sociedade? É nesse contexto que a sociedade parece somar à luta sindical, pois todos corremos o risco, afinal, “um homem se humilha se castram os seus sonhos” e “vida é trabalho”.

Aprendemos com Bauman (2009, p. 32) que a “individualidade é afirmada e negociada diariamente na atividade”, através da liberdade, inclusive de fazer escolhas. Mas como exercer o direito sem informação?

Não dispondo de informação de massa, ou tendo apenas parcos, as manifestações de grupos constituem o meio por excelência para divulgação de ideários e reivindicações dos movimentos sociais, que por intermédio deles, exercem pressão sobre as autoridades e realizam proselitismo (FON FILHO, 2018, p. 96).

Talvez o momento mais marcante da história recente brasileira tenha sido *Movimento Diretas Já*, na primeira metade da década de 1980, quando, inclusive, o movimento do sindicato

⁸ Um homem também chora (Guerreiro Menino), Gonzaguinha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=keiHSKW8HU>. Acesso em: 20 maio.2019.

foi aceito pela elite e população na luta por um mesmo ideal: a abertura política no Brasil. Após a aprovação da Medida Dante de Oliveira (Proposta de Emenda da Constituição N. 5-1983), que culminou no fim da ditadura militar, vivenciamos o período de abertura política com a eleição indireta de Tancredo Neves/José Sarney, iniciando o período da Nova República. O sindicalista Luis Inácio Lula da Silva tornou-se nacionalmente conhecido chegando à Presidência da República em 2002.

Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, 38º Presidente do Brasil, empossado em janeiro de 2019, e a prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018, o tom político dos protestos nas ruas do país continuaram, mas as mídias digitais configuram o cenário mais recorrente nas manifestações individuais e coletivas. Se na web as *fake news* avançam, nas ruas as vozes pedem “vem, me dê a mão”, sinalizam uma reação testemunhal, quando os manifestantes entoam em uníssono o grito de guerra desses novos tempos: ei, você, vem para a rua, vem você também!

A política, com o movimento “Lula Livre”, que clama pela liberdade do ex-presidente, ganhou o mundo enquanto os apoiadores -ou não- do presidente eleito também somam em manifestações. O exemplo do passado e a realidade presente se contrapõem na vida das pessoas, reforçando que a política delinea caminhos.

A luta pelos direitos sociais dos indivíduos e por uma sociedade marcada por justiça social não é a totalidade da luta, não desqualifica nem diminui a importância da luta de outros direitos, mas é a luta pela possibilidade de que os direitos humanos sejam realmente universais, válidos para todos os seus humanos. Mesmo os excluídos do mercado (SUNG, 2018, p. 118).

Um rio de asfalto e gente

Ao longo da história, as relações de trabalho no Brasil tiveram o seu modelo alterado, periodicamente, desde que o regime escravocrata foi abolido e surgiu a mão de obra remunerada, em 1888. Já o movimento sindical brasileiro enfrentou ciclos de fortalecimento e queda em representação desde a origem da classe trabalhadora brasileira, que remonta ao final do século XIX (ANTUNES, 1980), com a chegada dos primeiros imigrantes, que migraram para o país fugindo da Primeira Guerra Mundial. A construção de direitos, laborais e sociais, ainda é recente no país que foi colonizado e explorado, e vivencia a contradição própria da dialética ao praticar modelos econômicos e sociais exportado sem ter vivenciado um debate mais amplo.

O mito do desenvolvimento pressupõe que todos os seres humanos, independente dos seus condicionamentos culturais e sociais, têm direito e possibilidade de participar dos frutos do desenvolvimento tecnológico e econômico da humanidade... Quando falamos de algum direito de todos os seres humanos, independentemente da sua cultura ou condição social, estamos falando dos “direitos Naturais”, ou direitos implicados na essência humana, isto é, direitos humanos (SUNG, 2018, p. 54-55).

O modelo de sindicalismo brasileiro garante a representação legal de uma categoria, dentro de uma região geográfica, ao contrário de muitos países em que ela é limitada à empresa onde o trabalhador atua. Uma mesma categoria integra profissionais de perfis e realidades tão distintas, dificultando a unidade. Os desafios dos líderes sindicais que tiveram as suas imagens associadas do “peleguismo” ao comunismo são muitos.

Das primeiras ideias de direito, introduzidas em solo brasileiro com a chegada dos imigrantes que buscavam no Brasil uma nova vida, numa alternativa à Primeira Guerra Mundial, à “inquietação dos trabalhadores” nos finais dos anos 1960 (setor da indústria de autopeças) e às novas formas de resistência na década de 1970, eclodindo uma nova ordem de reação nos anos 1980.

A leitura de França (2013) nos ajuda a entender a evolução histórica do sindicalismo brasileiro que revive os finais da década de 1960 e depois a década de 1990, quando validou o protagonismo do trabalhador e foi alvo da Lei da Segurança Nacional. Sobretudo, a sensação de “pertencimento e identidade” que une o trabalhador sindicalizado.

Orientações políticas assumidas pelas organizações sindicais e partidárias, cumpriu no amadurecimento a experiência operária. Herdados do período populista e intensamente perseguidos pelos militares, os agrupamentos políticos ressurgiram nas oposições sindicais. Estas empenharam-se em organizar comitês de fábrica, passando a disputar com o aparato burocrático influência sobre o operariado. Se durante o milagre econômico a influencia das oposições sindicais anãs fábricas tendeu a declinar tendo em vista a combinação da repressão militar como a delação dos militantes pelos pelegos sindicais, já em meados dos anos de 1970 a revivificação do ativismo na base referendou o trabalho das oposições (FRANÇA, 2013, posição 2989 e-book).

“Os homens se libertam em comunhão”, talvez tenha sido o mais importante ensinamento do Patrono da Educação Brasileira (FREIRE, 1987). No Brasil, como em qualquer nação do mundo, a evolução do homem se faz por meio da troca coletiva e formação da consciência individual.

Com Gohn (1997) refletimos que os movimentos sociais tiveram um período de efervescência na década de 1960, no Brasil, e se repetiram nas décadas seguintes. As reivindicações e agrupamentos são cíclicos e “apresentam ênfases particulares a cada momento histórico”.

Não só os atos voluntários tinham grande espaço. Também as ações espontâneas. As pessoas deveriam descobrir por si mesmas o comportamento correto no contexto da experiência social. O conflito também era considerado natural e inevitável, decorrente do choque entre as culturas e as diferentes realidades. Mas ele deveria ser trabalhador? Por quem? Pelos líderes, é claro. Surgem então os movimentos sociais. Tais movimentos seriam o resultado dos conflitos gerados entre as multidões. Mas este resultado deveria ser equacionado pelos líderes, como focos dinamizadores de mudança sócia. Os líderes não seriam causas – estopins – dos movimentos, mas sim apaziguadores. (GOHN, 1997, p. 29)

O autoconhecimento e o direito universal talvez sejam o caminho para a comunhão dos saberes, como preconiza a agenda 2030, da ONU (Organização das Nações Unidas). Ao delimitar os 17 ODSs (Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável), com suas 169 metas, em tese, sinaliza que todos os problemas sociais poderiam ser resolvidos a partir de uma visão inclusiva e sustentável.

Mas como o interesse coletivo pode superar os interesses da elite? Como a minoria que, na verdade, forma a maioria absoluta pode reagir? Como o povo negro, os indígenas, os sem-terra, sem teto, de rua, as mulheres, a comunidade LGBTQIA+ em toda a diversidade contida pode avançar? Como garantir os interesses e direitos das minorias que formam a maioria?

O passado colonial-imperial, a subsequente república dos coronéis e depois os líderes populistas levaram ao desenvolvimento de uma cultura política na sociedade latino-americana em que se observa uma “naturalização” das relações sociais entre cidadãos (ou não-cidadãos) e o Estado, ou seja, a relação de dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser norma geral, vista como natural pela própria população. Este fato dificultará a criação de espaços livres, democráticos e de consolidação e o aprofundamento de períodos de democratização. A presença de militares, entrando e saindo do cenário político, foi uma constante (GOHN, 1997, p. 226).

Cada país tem a sua herança, mas seriam as consequências tão díspares? Gohn nos lembra que, com o capitalismo, “as fronteiras nacionais perderam a importância, o desemprego cresceu, os sindicatos perderam poder de forma generalizada”. Agora, o neoliberalismo avança e novas reivindicações surgem e, com elas, as greves e manifestações sociais.

Todo movimento está articulado a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suporte a suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos. Não se trata da vertente marxista ortodoxa que vê a ideologia como mistificação da realidade, mas sim da vertente marxista-gramsciana que trata da ideologia no campo das práticas sociais, como conjunto de ideias que são suporte a projetos estratégicos de mudança da ordem das coisas na realidade social. É válido tanto para os movimentos populares como para os movimentos sociais (GOHN, 1997, p. 235).

Se “cultura política (é algo vivo), que se constrói ao longo da trajetória e não é mera herança de tradições passadas”, vivemos num momento ímpar. Assim como Gohn (1997), acreditamos que o processo econômico está intimamente associado a todo desejo transformador.

Tomando para nós o exemplo de Rosso, que mostra que o enfrentamento que culminou na greve dos trabalhadores franceses contra o processo de flexibilização trabalhista, de 2016. “repercutiu fortemente em outros países e no Brasil”, dialogamos com Braga (2015) que alerta que “o precariado está inquieto”, por entender que o progresso material lhe escapa pelas mãos [...]”.

Do sistema “excludente” identificado por Rosso (2017), aos “limites da globalização” delimitado por Braga (2015), passando pela esperança gerada pela Carta Magna de 1988, que Gohn (1997) lembrou ter mobilizado os movimentos sociais, à desesperança de Sung (2018) e Bauman (2009) com as diretrizes do neoliberalismo e a herança do consumo, as veias – ou ruas abertas – em meio a gases lacrimogêneos e balas de borracha, confundem-se com os gritos e sangue do povo brasileiro que vivencia a exclusão nesse “rio de asfalto e gente”⁹.

Considerações Finais

Talvez o movimento sindical mundial esteja vivendo um período de redescoberta enquanto o sindicalismo brasileiro tenta sobreviver. É certo, contudo, que o trabalhador está inserido numa família, numa comunidade, numa região, numa cidade, num país. O interesse da classe trabalhadora afeta o desenvolvimento da sociedade. O seu bem-estar implica na sobrevivência coletiva.

⁹ Clube da Esquina Número II, Milton Nascimento, Lô Borges e Márcio Borges.

Entender o papel das entidades sindicais e estender a atuação do sindicato-cidadão, que inclui em suas ações os diferentes perfis de pessoas e indivíduos, acredito, seja a melhor maneira de encontrar soluções coletivas, principalmente, reforçar a imagem do sindicato de luta pelos Direitos Humanos. Este estudo gera mais perguntas do que respostas.

Faço minhas as palavras de Braga (2015) quando afirma: “em se tratando de reviravoltas históricas, não há como não nos lembrarmos daquela afamada passagem do Manifesto Comunista na qual Marx e Engels afirmam: “tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens (BRAGA, 2015, p. 19).

No momento em que este estudo estava sendo finalizado, no dia 20 de setembro de 2019¹⁰, os portais de notícias comunicavam que o presidente do Brasil sancionava a MP da Liberdade Econômica, com vetos. Com o argumento de criar 3,7 milhões de empregos, Jair Bolsonaro justificou que a medida “vai mudar a nossa economia” e “potencializar a questão de direitos”. O foco da legislação, ele explicou, não é mais o “primeiro emprego”, mas “a primeira empresa”, dando “segurança jurídica” para o empreendedor. A meta ousada – ou seria irreal – é aumentar o PIB –Produto Interno Bruto– para 7% em uma década. Isso às vésperas de ir discursar na Assembleia das Nações Unidas com os olhos do mundo mirando no Brasil.

Mais uma vez, o Brasil sinaliza sua opção pelo capital e não pelo trabalhador. Quem irá comprar as mercadorias?

No mesmo dia, uma bala (com alvo) matava uma criança de oito anos, Agatha Vitoria Sales Felix, na comunidade onde vivia com a família, no Rio de Janeiro. No lugar onde as crianças escreveram as cartas ao governador que temem os helicópteros, que atiram para baixo, a bala letal veio de baixo.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

¹⁰ ESTADÃO. *Bolsonaro sanciona MP da liberdade econômica com quatro vetos*. Publicado em: 20 set. 2019. Disponível em: https://exame.abril.com.br/economia/com-vetos-bolsonaro-sanciona-mp-da-liberdade-economica/?utm_source=pushnews&utm_medium=pushnotification. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. *Os sentidos do Trabalho* – Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho. Coimbra. Edições Almedina, S.A, 2013, e-book.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. 2ª ed. São Paulo: Zahar, 2009.

BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado* – do populismo à hegemonia Lulista. São Paulo, Boitempo, 2015.

_____. *A Pulsão Plebeia*. São Paulo: Alameda, 2015.

BBC NEWS. *Greve dos Caminhoneiros: a cronologia dos dez dias que pararam o Brasil*. Publicado em: 30 maio.2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/30/greve-dos-caminhoneiros-a-cronologia-dos-10-dias-que-pararam-o-brasil.htm>. Acesso em: 8 maio.2019.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz &Terra, 2018.

CLT Alteração: *LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017*. Acesso em: 19 maio.2019

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. *DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 19 maio.2019.

CRAIDE, Sabrina. Nova Greve Geral é convocada contra reformas da Previdência e Trabalhista. *Portal Agência Brasil*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/nova-greve-geral-e-convocada-contrareformas-da-previdencia-e-trabalhista>. Acesso em: 7 maio.2019.

DECRETO nº 19.770, de 19 de Março de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 maio.2019.

ECONOMIA UOL. *Desemprego no país sobe para 12,7% e atinge 13,4 milhões de pessoas*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-carreiras/noticias/redacao/2019/04/30/desemprego-pnad-ibge.htm>. Acesso em: 16 maio. 2019.

FRANÇA, Teones. *Novo Sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução*. São Paulo: Cortez Editora, 2013, e-book.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Importância do Ato de Ler*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

FON FILHO, Ato. A criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos. BUHL, Kathrin; KOTO, Claudia (orgs.). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: IRL, 2018.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Estatística Central Sindical*: Publicado em: 29 set.2015. Disponível em: <http://www.trabalho.gov.br/central-sindical/estatistica>. Acesso em: 7 maio. 2019.

NPC NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO. *O papel da comunicação sindical hoje*. Publicado em: 11 set.2008. Disponível em: <http://nucleopiratininga.org.br/o-papel-da-comunicacao-sindical-hoje/>. Acesso em: 30 maio.2019.

PODER 360. Centrais Sindicais realizam Greve Geral contra a Reforma Trabalhista nesta 6ª. Diretor de Redação: Fernando Rodrigues. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/centrais-realizam-greve-geral-contr-reforma-trabalhista-nesta-6a/>. Acesso em: 7maio.2019.

PORTAL INEP.GOV.BR. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em: 8 maio. 2019.

PLANALTO.GOV.BR. *Decreto Reforma Trabalhista*. DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 19 maio.2019.

REVISTA FÓRUM. *Ato Unificado de 1º de Maio em SP reúne 200 mil pessoas e dá o tom da greve geral*. Publicado em: 1 maio. 2019. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/ato-unificado-do-1o-de-maio-em-sp-reune-200-mil-pessoas-e-da-o-tom-da-greve-geral/>. Acesso em: 7 maio. 2019.

ROSSO, Sadi Dal. *O Ardil da Flexibilidade os trabalhadores e a teoria do valor*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS ABC. *Método Paulo Freire é base para formação de formadores*. Disponível em: http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=29416&id_SUN=68. Acesso em: 19 maio.2019.

SUNG, Jung Mo. *Idolatria do Dinheiro e Direitos Humanos*. Uma crítica teológica do novo mito do capitalismo. São Paulo: Paulus, 2018.